

[97]

Ilusão de uma País urbano

30 – 12 – 00

[Ficção estatística produz imagem de um Brasil cada vez menos rural]

[Tipologia nova implica interesse estratégico no dinamismo regional]

Haverá alguma heresia em negar que mais de 80% do Brasil seja urbano? Quase todo mundo parece estar feliz com essa ilusão, talvez porque ela transmita confortável sensação de modernidade. Mas não passa de mera ficção estatística, cuja origem é uma convenção que atropela qualquer critério de geografia humana, para não dizer de bom senso. Os domicílios são classificados conforme a zona municipal em que se localizam. Ora, qualquer município tem obrigatoriamente zona urbana, mesmo que sitiada pela mais cerrada das matas, pela mais rala das caatingas, pela mais extensiva das pastagens, ou pela mais erma das plantações. Pululam assim domicílios urbanos em lugarejos perdidos no meio das campinas, dos cerrados, do semi-árido, das florestas amazônicas, ou do pantanal. Por razões das mais bizarras, alguns desses espaços sequer possuem domicílios rurais, como é o caso extremo de Fernando de Noronha. Desse jeito, é até surpreendente a sobra de um “resíduo” rural com quase 20% dos habitantes.

Todavia, só pertence à rede urbana pouco mais da metade da população brasileira, como mostra a excelente caracterização realizada pelo trio IPEA-IBGE-NESUR (IE/Unicamp, 1999, 2 vols.). Em 1996, havia 52,7 milhões de habitantes nas 12 aglomerações metropolitanas, 20,6 milhões em 37 aglomerações não-metropolitanas, e 13,3 milhões em 62 centros urbanos dispersos. Um total de 86,6 milhões de pessoas, que correspondia a 55% da população brasileira. Proporção que pouco mudará com a completa divulgação do Censo 2000.

Significa isto que toda a outra quase metade do Brasil é rural? A resposta não é simples, pois exige a observação de vários tipos de distribuição populacional. Tanto quanto a apreensão do fenômeno urbano envolve três categorias de concentração, também é imprescindível entender o fenômeno rural por padrões de rarefação. Não foi por outro motivo que a OCDE passou a distinguir as regiões “essencialmente rurais”, em que mais de 50% da população está em localidades com densidade inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), das regiões “relativamente rurais”, nas quais entre 15% e 50% dos habitantes estão em lugares desse tipo. Para a organização das nações mais desenvolvidas, só é urbana a região que tenha pelo menos 85% da população em locais com mais de 150 hab/km².

Duas razões impedem a simples adoção desse esquema no Brasil. A primeira é que a superfície de seus municípios é bem superior à das correspondentes unidades político-administrativas dos países da OCDE. Em 1996, menos da metade da população brasileira estava nos 352 municípios com mais de 150 hab/km². Outro obstáculo é a incoerência de alicerçar uma tríplice classificação de regiões na dicotômica divisão de lugares urbanos ou rurais.

Uma alternativa simples pode ser a separação de pelo menos três níveis de densidade/rarefação populacional já na própria classificação das povoações (ver quadro). São certamente urbanos os municípios brasileiros com densidade de 100 hab/km² ou mais. Esse corte coloca no topo da hierarquia justamente 55% dos

habitantes, a proporção dos que estavam na rede urbana em 1996. Já o limite inferior, de 30 hab/km², põe na base da pirâmide os municípios de baixíssima pressão antrópica, que costumam ser tratados de “quase vazios”. E no andar intermediário fica o quinto da população que vive nesses espaços que a OCDE chama de “relativamente” ou “significativamente” rurais.

TRÊS ANDARES DE DENSIDADE POPULACIONAL, BRASIL, 1996

DENSIDADE (hab/km ²)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (MILHÕES)	
100 ou mais	549	85	55%
De 30 a menos de 100	1491	32	20%
Menos de 30	2933	40	25%
TOTAIS	4973	157	100%

Fonte: IBGE

Muito além de reafirmar que não é urbana quase metade da população brasileira, esta abordagem permite caracterizar seus três padrões territoriais básicos: o realmente urbano, o rural profundo, e os meandros rurais imprecisos ou ambíguos. No Rio e em São Paulo, os dois únicos estados inequivocamente urbanos, não somente é irrisória a ocorrência de “quase vazios”, como mais de 80% da população está em municípios do terceiro andar. No padrão oposto, mais de metade da população pertence a municípios do andar térreo, a marca de toda a Região Norte, mas também do Maranhão, Piauí, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul. Nos demais treze estados, é bem diversificada a distribuição pelos três andares, e suas populações “relativamente rurais” vão do mínimo goiano de 17% ao máximo alagoano de 47%. Como não poderia deixar de ser, a posição mais comedida é a de Minas, onde 32% da população exerce fraca pressão antrópica, 28% fica no meio-termo e 40% se amontoa em centros urbanos.

Longe de ser apenas descritivo, o interesse desta tipologia é estratégico, pois nas próximas décadas surgirão mais chances de dinamismo econômico em microrregiões moderadamente rurais do que em saturadas aglomerações urbanas. Oportunidades que poderão ser perdidas se não for desmanchado esse mito de que nem um quinto do Brasil é rural.